

RELATÓRIO SEMESTRAL DE DILIGÊNCIA E VERIFICAÇÃO DE LASTRO

sumário

1. INTRODUÇÃO.....	3
1.1. SOBRE O IPER	3
1.1.1. PRÓ-GESTÃO	4
2. CONTEXTO ECONÔMICO.....	4
3. REGULAMENTAÇÃO UTILIZADA.....	6
4. DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS.....	7
4.1. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	8
5. ACOMPANHAMENTO DE RENTABILIDADE.....	13
6. ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL, FISCAL E COMERCIAL DAS EMPRESAS INVESTIDAS, POR MEIO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES – FIP	15
7. ANÁLISE DOS RISCOS.....	15
7.1. RISCO DE MERCADO	15
7.2. RISCO DE CRÉDITO	15
7.3. RISCO DE LIQUIDEZ	15
7.4. RISCO DE SOLVÊNCIA	16
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	17

1. INTRODUÇÃO

O Relatório Semestral de Diligência e Verificação de Lastro tem como objetivo evidenciar o acompanhamento das principais informações dos ativos presentes na carteira do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE RORAIMA – IPER**, em atendimento à regulamentação referente à gestão dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, em especial a Resolução CMN nº 4.963/2021, a Portaria MTP nº 1.467/2022 e seguindo a orientação do Manual do Pró-Gestão RPPS – Versão 4.0 – 04 de fevereiro de 2026.

Conforme preconiza o art. 1º da Resolução CMN nº 4.963/2021, procurou-se demonstrar que foram atendidos os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência, e que as atividades foram desenvolvidas com boa-fé, lealdade e diligência, além de ter seguido os mais elevados padrões éticos e de conduta.

O Relatório Semestral de Diligência e Verificação de Lastro utilizará como base para as análises a posição da carteira referente ao fim do mês de dezembro de 2025. A partir disso, serão analisados critérios referentes aos ativos investidos, em que serão analisadas informações como composição da carteira e risco dos fundos, além da aderência dos investimentos realizados à Política de Investimentos vigente.

1.1. SOBRE O IPER

O Instituto de Previdência do Estado de Roraima – IPER foi criado em 31 de dezembro de 1991, por meio do Artigo 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual.

Posteriormente, a Lei Complementar nº 020, de 30 de dezembro de 1996, regulamentou referido artigo, transformando o IPER em autarquia estadual, dotada de personalidade jurídica de direito público, patrimônio e receita próprios, além de autonomia administrativa, técnica e financeira, estando vinculada à Secretaria de Estado da Administração.

Em dezembro de 2001, a Lei Complementar nº 054 instituiu o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), destinado a garantir o acesso aos benefícios previdenciários, custeados de forma solidária pelo Estado, pelos servidores

participantes e pelos beneficiários, conforme previsto na legislação específica.

O IPER foi criado para cumprir o que determina o artigo 40 da Constituição Federal, que assegura a todos os servidores em cargo efetivo um Regime Próprio de Previdência com a finalidade de garantir os recursos para cobrir os benefícios previdenciários de cada servidor público vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social de Roraima.

1.1.1. PRÓ-GESTÃO

Desde a adesão ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (PRÓ-GESTÃO RPPS), em outubro de 2025, o IPER tem se empenhado em garantir a transparência e a prestação de contas da gestão, tendo obtido a certificação de nível II em dezembro de 2025.

2. CONTEXTO ECONÔMICO

O segundo semestre de 2025 foi marcado por um ambiente econômico desafiador, apesar do desempenho relativamente favorável dos ativos, tanto no Brasil quanto no exterior. No cenário doméstico, a política monetária permaneceu restritiva, com a taxa Selic mantida em 15,00% ao ano, refletindo um contexto de inflação ainda resistente e expectativas desancoradas, o que exigiu a manutenção de uma postura cautelosa por período prolongado. A atividade econômica demonstrou resiliência, mesmo diante do elevado custo do crédito, sustentada por um mercado de trabalho ainda aquecido, embora já apresentasse sinais de moderação ao longo do período.

O quadro fiscal seguiu como um dos principais pontos de atenção, mantendo pressão sobre prêmios de risco e contribuindo para oscilações na curva de juros, especialmente nos vencimentos intermediários e longos. Esse cenário adicionou volatilidade aos ativos domésticos e reforçou a necessidade de seletividade nos investimentos, sobretudo em estratégias mais sensíveis à percepção de risco e às variações dos juros projetados.

No cenário internacional, os Estados Unidos reduziram os juros no segundo semestre de 2025, com três cortes consecutivos que levaram a taxa básica para o intervalo entre 3,50% e 3,75% a.a.. A flexibilização ocorreu apesar de a inflação ainda acima da

meta, refletindo sobretudo a perda de força do mercado de trabalho e sinais de desaceleração da atividade. Como efeito, ampliou-se o diferencial de juros entre Brasil e EUA, o que foi positivo para o Brasil ao favorecer fluxos de capital para países emergentes e aliviar parte da pressão sobre ativos locais. Ainda assim, políticas comerciais mais restritivas do governo Trump, com tarifas sobre parceiros relevantes, elevaram a incerteza no comércio global e contribuíram para episódios de aversão ao risco.

Na Europa, o crescimento seguiu moderado, com inflação mais comportada e recuperação desigual entre setores, sem aceleração relevante. Na China, persistiram desafios estruturais, com consumo interno enfraquecido e efeitos da crise imobiliária, em um ambiente de inflação baixa, com deflação ao consumidor e ao produtor em determinados momentos. O contexto geral manteve os ativos suscetíveis à volatilidade.

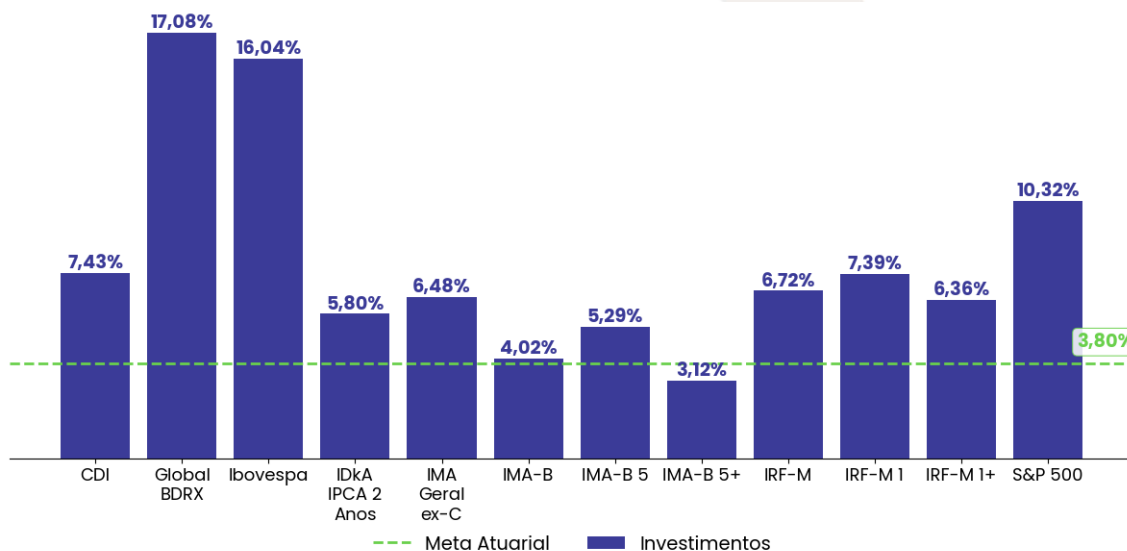
Em suma, o segundo semestre de 2025 combinou juros elevados, sensibilidade fiscal e cenário externo permeado por incertezas, mantendo os mercados sujeitos a notícias e culminando em frequentes reprecificações de ativos. Ainda assim, houve espaço para desempenho positivo em diferentes classes de ativos.

No que se refere ao desempenho dos investimentos no semestre, a renda fixa apresentou resultados positivos, com destaque para ativos mais conservadores e menos expostos às variações de prêmio de risco. O CDI acumulou 7,43% e o IRF-M 1 registrou 7,39%, ambos acima da meta atuarial do período. Também apresentaram desempenho relevante índices compostos por títulos prefixados com *duration* intermediária e longa, com o IRF-M e o IRF-M 1+ avançando 6,72% e 6,36%, respectivamente. Entre os índices indexados à inflação, os resultados foram mais contidos, com IDKa IPCA 2 Anos em 5,80%, IMA-B 5 em 5,29%, IMA-B em 4,02% e IMA-B 5+ em 3,12%.

Na renda variável, o Ibovespa se destacou com alta de 16,04% no semestre, evidenciando um período favorável para os ativos locais, impulsionado pela melhora no apetite por risco e pelo suporte de resultados corporativos em parte do período. No exterior, o S&P 500 avançou 10,32%, mantendo trajetória positiva, enquanto o Global BDRX teve desempenho ainda mais expressivo, com alta de 17,08%, refletindo

a combinação da valorização dos ativos internacionais e do efeito cambial ao longo do semestre.

Rentabilidade Acumulada – Segundo Semestre de 2025



Fonte: Quantum Axis e UNO.

3. REGULAMENTAÇÃO UTILIZADA

A Gestão de Investimentos do IPER é conduzida em conformidade com a legislação que rege as aplicações dos recursos financeiros no âmbito dos Regimes Próprios de Previdência Social, destacada a seguir:

- I. Resolução do Conselho Monetário Nacional – CNM nº 4.963/2021, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- II. Portaria nº 1.467 de 06 de junho de 2022, do Ministério do Trabalho e Previdência, que disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cumprimento à Lei nº 9.717, de 1998, à Lei nº 10.887, de 2004 e à Emenda Constitucional nº 103, de 2019;
- III. Política Anual de Investimentos do exercício de 2025.

4. DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

A carteira é gerida com atenção e dedicação pela gestão previdenciária, levando em conta os riscos derivados das mudanças econômicas nacionais e internacionais que impactam os mercados. O portfólio é estruturado para mitigar riscos e garantir, a médio e longo prazo, os recursos para os benefícios do IPER.

A carteira conta com 27 fundos de investimento, sendo 21 de renda fixa, 5 de renda variável e um fundo de investimento em participações - FIP. Além disso, há títulos públicos adquiridos diretamente e marcados na curva, diversificados em vencimentos entre 2045 e 2060.

Entre os produtos, destaca-se que há 3 fundos considerados estressados, não POSSUINDO liquidez para resgate. Juntos, esses ativos representam aproximadamente 0,12% do patrimônio do RPPS.

O objetivo da diversificação é reduzir a exposição a um único risco, mercado ou indexador, otimizando a relação risco/retorno/liquidez e trazendo mais estabilidade aos resultados.

4.1. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

A Carteira de Investimentos do IPER, em dezembro, estava composta da seguinte forma, em consonância com as normas legais pertinentes e com a Política de Investimentos vigente:

ATIVO	SALDO R\$	%	ENQUADRAMENTO
TÍTULOS PÚBLICOS	478.061.789,88	6,75%	7, I "a"
BB TP FI RF REF DI	2.886.040.384,99	40,72%	7, I "b"
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP FI RF	1.039.707.377,67	14,67%	7, I "b"
BB IMA-B 5 FIC RF PREVID LP	492.619.407,27	6,95%	7, I "b"
BB ALOCAÇÃO ATIVA RET TOTAL FIC RF PREVID	363.165.999,86	5,12%	7, I "b"
BB IRF-M TP FI RF PREVID	326.121.613,50	4,60%	7, I "b"
BB IDKA 2 TP FI RF PREVID	322.997.849,84	4,56%	7, I "b"
CAIXA BRASIL TP FI RF LP	302.487.266,16	4,27%	7, I "b"
BB IMA-B TP FI RF	277.520.899,66	3,92%	7, I "b"
BB PREVID RF TP VÉRTICE 2026 RESP LIMITADA	216.626.854,28	3,06%	7, I "b"
CAIXA BRASIL 2026 X TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF RL	115.083.892,86	1,62%	7, I "b"
BB PREVID RF TP VÉRTICE 2027 FI	41.262.207,18	0,58%	7, I "b"
BB PREVID RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2030 FI	41.252.834,38	0,58%	7, I "b"
CAIXA BRASIL 2027 TP FI RF	40.122.091,44	0,57%	7, I "b"
CAIXA BRASIL 2030 II TÍTULOS PÚBLICOS FI RF	38.566.891,70	0,54%	7, I "b"
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TP FIF RF - RESP LIMITADA	29.450.660,19	0,42%	7, I "b"
CAIXA BRASIL IRF-M I TP FI RF	10.617.286,58	0,15%	7, I "b"
BB AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	4.196,61	0,00%	7, I "b"
CAIXA FIC AUTOMÁTICO POLIS RF CP	484,18	0,00%	7, I "b"
BB FLUXO FIC RF PREVID	18.444.927,13	0,26%	7, III "a"
RECUPERAÇÃO BRASIL FI RENDA FIXA LP	657.106,67	0,01%	7, III "a"
BBIF MASTER FIDC LP	8.002.475,40	0,11%	7, V "a"
BB GOVERNANÇA FI AÇÕES PREVID	11.923.458,73	0,17%	8, I
CAIXA EXPERT VINCI VALOR RPPS FIC AÇÕES	11.089.535,88	0,16%	8, I
CAIXA BRASIL IBX 50 FI AÇÕES	5.966.573,03	0,08%	8, I
BB INDEXADO IBOVESPA FIC AÇÕES	5.764.230,40	0,08%	8, I
CAIXA BRASIL IBOVESPA FI AÇÕES	3.797.529,64	0,05%	8, I
GERAÇÃO DE ENERGIA MULTIESTRATÉGIA FIP	0,00	0,00%	10, II
TOTAL	7.087.355.825,11	100,00%	-

Fonte: UNO – dezembro/2025.



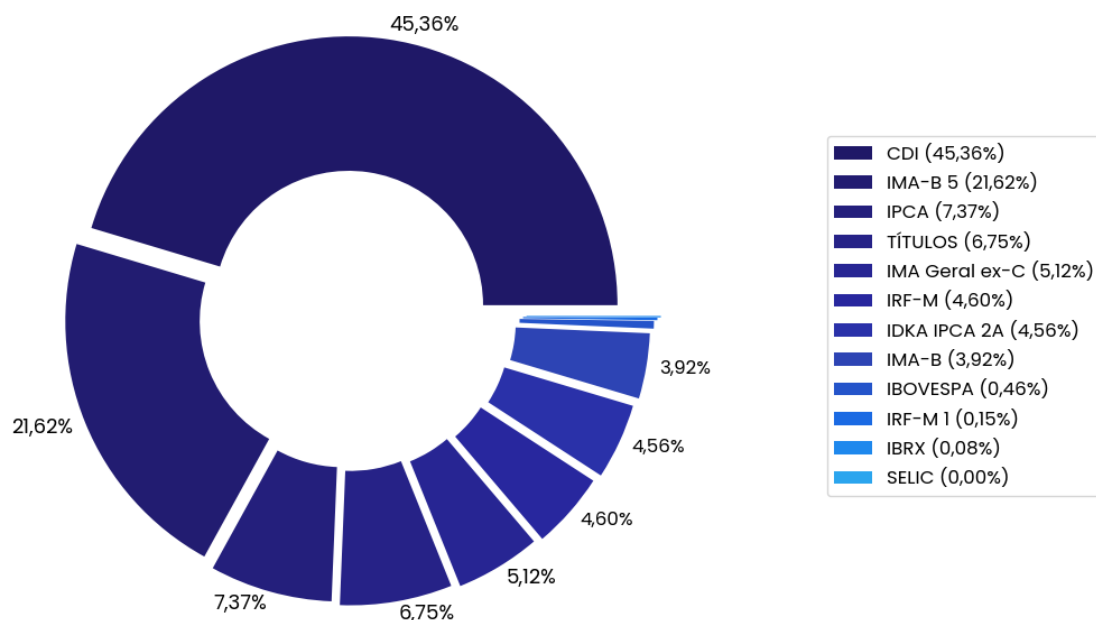
Com relação aos enquadramentos, a carteira de Investimentos do IPER possui a seguinte distribuição:

ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO – POLÍTICA DE INVESTIMENTO 2025						
Seg.	Tipo de Ativo	Saldo 12/2025 (R\$)	Saldo 12/2025 (%)	Limite Inferior	Estratégia Alvo	Limite Superior
Renda Fixa	7º I “a” – Títulos de emissão do TN	478.061.789,88	6,75%	5,00%	30,00%	60,00%
	7º I “b” – FI RF Ref 100% títulos TN	6.543.648.198,35	92,33%	30,00%	64,86%	100,00%
	7º III “a” – FI de Renda Fixa	19.102.033,80	0,27%	0,00%	0,02%	20,00%
	7º V “a” – FI em direitos creditórios	8.002.475,40	0,11%	0,00%	0,13%	1,00%
Total Renda Fixa		7.048.814.497,43	99,46%	35,00%	95,01%	100,00%
Renda Variável	8º I – FI em Ações	38.541.327,68	0,54%	0,00%	5,00%	15,00%
Total Renda Variável		38.541.327,68	0,54%	0,00%	5,00%	25,00%
Estruturado	10 II – Fundo de Investimento em Participações (FIP)	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	1,00%
	Total de Estruturados	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	6,00%
Total PL		7.087.355.825,11	100,00%	–	100,00%	–

Em relação à diversificação, os investimentos do IPER estão distribuídos em diferentes perfis e fatores de risco, que não sofreram grandes alterações durante o semestre, com a maior parte da carteira se mantendo alocada em fundos que investem 100% da carteira em títulos públicos federais (Artigo 7º, Inciso I, Alínea “b”), com maior foco em estratégias atreladas ao CDI e ao IMA-B 5.

Abaixo estão os fatores de risco aos quais o IPER esteve exposto durante o segundo semestre de 2025:

Distribuição por Benchmark



Fonte: UNO – dezembro/2025.

Distribuição por Benchmark (%)	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
CDI	37,28	37,72	37,97	44,75	44,97	45,36
IMA-B 5	21,83	21,78	21,64	21,55	21,49	21,62
IPCA	7,66	7,45	7,42	7,39	7,33	7,37
TÍTULOS	7,11	6,93	6,90	6,86	6,71	6,75
IMA Geral ex-C	5,13	5,11	5,11	5,09	5,08	5,12
IRF-M	11,79	11,82	11,81	5,25	5,27	4,60
IDKA IPCA 2A	4,60	4,59	4,56	4,54	4,53	4,56
IMA-B	3,97	3,95	3,92	3,90	3,93	3,92
IBOVESPA	0,40	0,43	0,44	0,44	0,46	0,46
IRF-M 1	0,15	0,15	0,15	0,15	0,15	0,15
IBRX	0,07	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08
SELIC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: UNO.

Foi realizada a abertura das carteiras dos fundos investidos, identificando onde, de fato, os recursos do IPER estão alocados e qual o real nível de risco incorrido pela carteira. A partir daí, esses ativos foram consolidados com o objetivo de verificar onde os recursos estão investidos. A tabela abaixo apresenta as 40 maiores posições da carteira do IPER que, somadas, representam mais de 98% dos recursos:

Nome do Ativo	Valor do Ativo (mil R\$)	Participação do Ativo
Operações Compromissadas - LTN - Venc.: 01/10/2027	1.048.500,26	14,66%
NTN-B - Venc.: 15/08/2026	829.891,99	11,60%
NTN-B - Venc.: 15/08/2028	550.489,71	7,70%
NTN-B - Venc.: 15/08/2030	495.984,28	6,93%
Operações Compromissadas - LFT - Venc.: 01/09/2030	486.911,71	6,81%
Títulos Públicos / adquiridos diretamente*	478.061,79	6,68%
NTN-B - Venc.: 15/05/2027	402.770,21	5,63%
LFT - Venc.: 01/09/2029	278.712,18	3,90%
LFT - Venc.: 01/03/2027	221.643,42	3,10%
LFT - Venc.: 01/09/2028	195.212,30	2,73%
LFT - Venc.: 01/09/2027	167.625,84	2,34%
NTN-B - Venc.: 15/05/2029	166.350,49	2,33%
LFT - Venc.: 01/06/2030	161.718,32	2,26%
LFT - Venc.: 01/03/2029	146.320,94	2,05%
LFT - Venc.: 01/03/2030	145.602,65	2,04%
LFT - Venc.: 01/03/2028	142.445,41	1,99%
Operações Compromissadas - LFT - Venc.: 01/06/2031	132.862,54	1,86%
LFT - Venc.: 01/09/2026	112.634,98	1,57%
LFT - Venc.: 01/03/2026	102.897,15	1,44%
Operações Compromissadas - LTN - Venc.: 01/01/2029	89.476,10	1,25%
Disponibilidades	64.967,34	0,91%
LFT - Venc.: 01/09/2030	53.360,72	0,75%
LTN - Venc.: 01/01/2029	52.497,19	0,73%
Outros Valores a pagar	47.914,67	0,67%
NTN-F - Venc.: 01/01/2031	44.261,84	0,62%
Operações Compromissadas - LFT - Venc.: 01/03/2026	40.382,00	0,56%
LTN - Venc.: 01/01/2030	35.932,09	0,50%
Operações Compromissadas - LFT - Venc.: 01/09/2029	34.352,43	0,48%
NTN-B - Venc.: 15/05/2035	33.398,30	0,47%
NTN-B - Venc.: 15/08/2032	32.842,12	0,46%
LTN - Venc.: 01/10/2027	30.292,08	0,42%
NTN-B - Venc.: 15/08/2050	27.775,25	0,39%
LFT - Venc.: 01/03/2031	27.525,27	0,38%
LTN - Venc.: 01/01/2026	23.483,64	0,33%
NTN-B - Venc.: 15/05/2045	22.469,68	0,31%
LTN - Venc.: 01/01/2032	19.703,39	0,28%
NTN-B - Venc.: 15/05/2055	17.557,98	0,25%
NTN-B - Venc.: 15/08/2040	16.963,53	0,24%
NTN-F - Venc.: 01/01/2029	15.754,01	0,22%
NTN-F - Venc.: 01/01/2035	15.140,80	0,21%

Fonte: Quantum Axis e UNO – 40 maiores posições consolidadas (31/12/2025)

Obs: Respalçados nas regras da Resolução CVM nº 175, alguns fundos investidos pelo RPPS têm suas carteiras recentes omitidas, o que prejudica a consolidação das informações referentes ao fechamento de dezembro.

*A posição em "Títulos Públicos / adquiridos diretamente" são NTN-Bs adquiridas de maneira direta pelo RPPS, conforme a tabela abaixo.

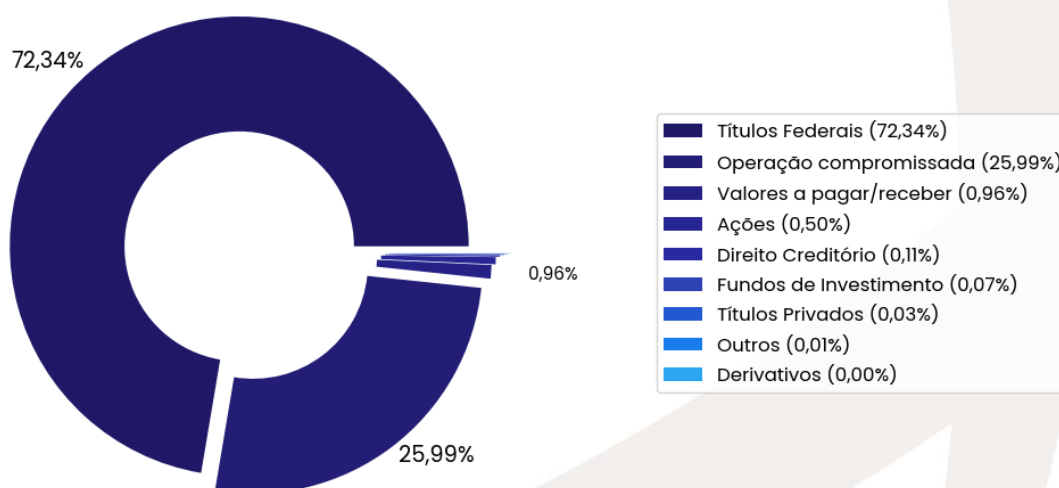
Títulos Públicos adquiridos diretamente

Título	Vencimento	Saldo	%
NTN-B 2045	15/05/2045	46.995.763,30	0,66%
NTN-B 2050	15/08/2050	96.907.838,21	1,37%
NTN-B 2055	15/05/2055	164.489.151,80	2,32%
NTN-B 2060	15/08/2060	169.669.036,57	2,39%
Total		478.061.789,88	6,75%

Considerando a carteira consolidada, observamos que 72,34% dos recursos do IPER são investidos em títulos públicos federais de forma direta e indireta (através da aplicação em fundos de investimento) e 25,99% em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Ou seja, o lastro final de 98,33% dos recursos investidos pelo RPPS é o Tesouro Nacional. O risco de crédito destes títulos é considerado o menor do mercado brasileiro (risco soberano).

Além disso, há alocações marginais, em valores a pagar/receber (0,96%), ações (0,50%) e direitos creditorios (0,11%), além de posições que representam percentual inferior a 0,10% individualmente.

Distribuição por Tipo de Ativo



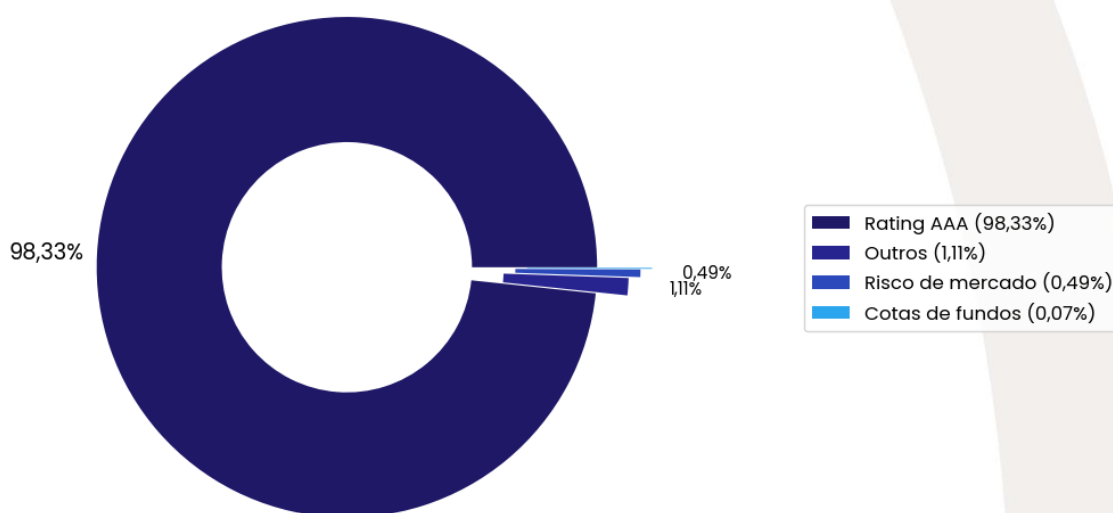
Fonte: Quantum Axis e UNO – dezembro/2025.

Com relação ao risco de crédito, destacamos que a carteira consolidada do IPER possui 98,33% dos recursos investidos em ativos classificados como AAA, considerando títulos de emissão do Tesouro Nacional, com classificação equivalente

ao *rating* soberano do país, os quais são considerados como os de menor risco de crédito do mercado brasileiro. Adicionalmente, 0,96% referem-se a valores a pagar/receber. Ações somam 0,50%, caracterizando-se como ativos sujeitos a risco de mercado, e não de crédito. Já os direitos creditórios representam 0,11%, os fundos de investimento 0,07%, e os títulos privados apenas 0,03% da carteira. Por fim, há exposição residual inferior a 0,01% nos demais ativos.

O gráfico abaixo demonstra o nível de risco incorrido nas aplicações do IPER:

Distribuição por Rating de Crédito

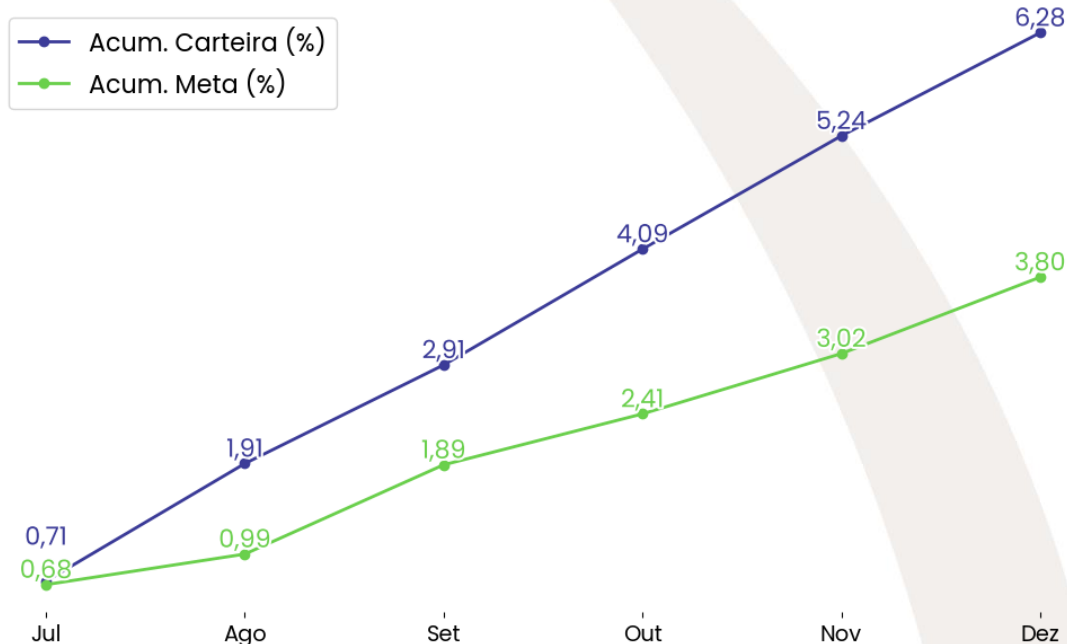


Fonte: Quantum Axis e UNO.

5. ACOMPANHAMENTO DE RENTABILIDADE

A carteira do IPER encerrou o semestre com rentabilidade de 6,28%, superando a meta atuarial de 3,80% em 2,48 p.p., o que corresponde a 165,26% do objetivo no período. O resultado reflete a condução da estratégia de investimentos ao longo do ano, em um cenário macroeconômico de desaceleração inflacionária e de manutenção da taxa de juros em patamares elevados, fatores que favoreceram o desempenho dos ativos de renda fixa mais conservadores e mantiveram aderência aos objetivos do regime.

Renabilidade x Meta (2º Semestre de 2025)



Mês	Carteira mês (%)	Meta mês (%)	Acum. Carteira (%)	Acum. Meta (%)	Atingimento (%)
Jul	0,71	0,68	0,71	0,68	105,32
Ago	1,18	0,31	1,91	0,99	193,11
Set	0,98	0,90	2,91	1,89	153,54
Out	1,14	0,51	4,09	2,41	169,40
Nov	1,10	0,60	5,24	3,02	173,13
Dez	1,00	0,75	6,28	3,80	165,26

Mês	Saldo Anterior	Amortização	Retorno	Saldo Final
Jul	6.633.724.167,67	0,00	47.435.870,00	6.695.365.859,76
Ago	6.695.365.859,76	13.410.540,40	78.914.534,02	6.791.105.827,68
Set	6.791.105.827,68	0,00	67.139.391,92	6.873.964.227,49
Out	6.873.964.227,49	0,00	78.797.689,99	6.973.914.542,72
Nov	6.973.914.542,72	7.686.972,56	76.677.458,47	7.064.557.666,34
Dez	7.064.557.666,34	0,00	70.348.389,14	7.152.305.508,35
Total		21.097.512,96	419.313.333,54	

Fonte: UNO.

6. ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL, FISCAL E COMERCIAL DAS EMPRESAS INVESTIDAS, POR MEIO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES – FIP

O IPER possui alocação em um Fundo de Investimento em Participações, o GERAÇÃO DE ENERGIA MULTISTRATÉGIA FIP 11.490.580/0001-69. O fundo é considerado como estressado e não tem liquidez para saída dos cotistas.

O GERAÇÃO DE ENERGIA MULTISTRATÉGIA FIP está em liquidação e tem em carteira ações da Green Oil Participações S.A. (Cnpj. 18.606.899/0001-56) e da Stig Energia e Projetos S.A. (Cnpj. 26.775.178/0001-06). O fundo registrou, ao final de junho de 2025, patrimônio líquido negativo de R\$ 22,2 milhões, refletindo a estrutura de passivo a descoberto, composta principalmente por provisões de taxas e obrigações diversas. As ações das empresas foram avaliada a valor justo e marcadas a zero. Conforme consta nas notas explicativas das demonstrações financeiras do fundo, referentes a 30 de junho de 2025, em março de 2025 “foi aprovada a incorporação da Stig Energia e Projetos S.A. pela Green Oil Participações S.A.”. Em maio de 2025, foi publicada a prorrogação do prazo de duração do fundo até 29 de junho de 2027 para viabilizar a continuidade do processo de encerramento.

7. ANÁLISE DOS RISCOS

7.1. RISCO DE MERCADO

Através do sistema UNO, o IPER mantém acompanhamento mensal de indicadores como volatilidade, VaR, Treynor, Sharpe e Drawdown dos fundos investidos e da carteira consolidada, além do acompanhamento da rentabilidade histórica dos fundos, comparando-os com seus respectivos *benchmarks*, a fim de mensurar qualquer distorção do fundo com o mercado no qual atua.

7.2. RISCO DE CRÉDITO

A mensuração do risco de crédito foi realizada no item 4.1 deste relatório.

7.3. RISCO DE LIQUIDEZ

A carteira conta com uma boa condição de liquidez, uma vez que 60,1% dos recursos estão alocados em fundos com liquidez imediata (D+0) e 81,1% em fundos que disponibilizam os recursos em até 1 dia útil e 85,6% em fundos com liquidez em até 3

dias úteis.

Por outro lado, 6,75% da carteira está alocada em títulos públicos adquiridos diretamente, os quais estão marcados na curva, ou seja, indicam a intenção dos gestores de levar os ativos até os seus respectivos vencimentos. Há títulos com vencimentos entre 2045 e 2060. Além disso, há 7,4% alocada em fundos de vértice com liquidez em 2026 (5,1%), 2027 (1,1%) e 2030 (1,1%). Por fim, há 0,12% da carteira alocada em fundos estressados, que não possuem liquidez para resgate.

Vale destacar que a aplicação em títulos públicos, bem como sua marcação na curva, encontra-se respaldada em estudos técnicos de compatibilidade dos vencimentos dos títulos com a necessidade atuarial do IPER, como o estudo ALM.

7.4. RISCO DE SOLVÊNCIA

Visando manter o acompanhamento da situação atuarial, o IPER elabora anualmente o Relatório de Avaliação Atuarial, através da contratação de uma empresa especializada para tal (Lógica Consultoria). Além disso, o RPPS elabora anualmente o estudo ALM, que busca analisar a situação do fluxo atuarial, indicar uma taxa de retorno que mantenha o equilíbrio durante a vigência do regime e sugerir uma composição de carteira que entregue o melhor nível de solvência em diversos cenários.

Considerando os fluxos de caixa projetados, observa-se que o IPER (Plano Previdenciário) conviverá com sucessivos fluxos de caixa negativos a partir de 2035, oriundos da necessidade de pagar suas obrigações previdenciárias que são crescentes e da redução de suas receitas. Contudo, considerando o resultado dos investimentos (ganhos de mercado), o fluxo se tornará negativo a partir de 2047, e tal situação seria suficiente para manter a solvência do regime até o seu final caso a rentabilidade necessária (taxa real de 5,90%) seja atingida. Dessa forma, desde que as premissas sejam mantidas, o RPPS apresenta risco de solvência relativamente baixo, especialmente para o horizonte de curto e médio prazo.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, destacamos que a carteira do IPER no segundo semestre não teve grandes mudanças em sua estratégia, mantendo grande percentual alocado em fundos que alocam seus recursos apenas em títulos públicos federais (artigo 7º, Inciso I, Alínea “b”), com maior foco em estratégias passivas atreladas ao CDI e ao IMA-B 5.

No que se refere ao desempenho da carteira, a estratégia adotada proporcionou rentabilidade superior à meta atuarial no período, assim como uma baixa volatilidade, especialmente por conta dos fundos DI e dos títulos marcados na curva. Outro destaque positivo no que diz respeito à rentabilidade foram os fundos de ações, haja vista o desempenho do mercado acionário brasileiro no período, apesar de tais ativos representarem percentual marginal na carteira do RPPS.

Logo, com exceção dos fundos estressados (que não possuem liquidez para resgate), os ativos que compõem a carteira do IPER, dos quais tivemos acesso, não possuem irregularidades e tiveram desempenho condizente com o contexto do semestre.

Vitor Leitão

Consultor de Investimentos